



Pontifícia Universidade Católica de Goiás

Escola de Ciências Sociais e da Saúde

Departamento de Psicologia

Masculinidade Hegemônica, Sofrimento Psíquico e Violência:

Uma Revisão Integrativa da Literatura

João Paulo Duarte de Melo

Dr. Fábio Jesus Miranda

Goiânia

2026

Masculinidade Hegemônica, Sofrimento Psíquico e Violência:

Uma Revisão Integrativa da Literatura

Data da defesa: 8 de junho de 2026

Banca examinadora:

Presidente da Banca: Dr. Fábio Jesus Miranda.

Examinadora convidada: Dra. Gabriella Assumpção Alvarenga Schimchak.

Examinadora convidada: Adrillenne Pinheiro Silva Rezende.

Goiânia

2026

Dedico este trabalho a todos os homens que lutam,
resistem e (sobre)vivem nas dissidências de suas masculinidades.

RESUMO

Os estudos sobre masculinidades têm ganhado destaque nas últimas décadas devido aos impactos dos modelos tradicionais de masculinidade nas relações sociais, na saúde mental masculina e na produção de violências. A masculinidade hegemônica, associada à virilidade, dominação, racionalidade e negação da vulnerabilidade, contribui para a manutenção de desigualdades de gênero e para o sofrimento psíquico dos homens. Este estudo teve como objetivo investigar como os padrões da masculinidade hegemônica influenciam o sofrimento psíquico masculino e contribuem para práticas de violência contra mulheres e masculinidades dissidentes, além de analisar como essas discussões vêm sendo abordadas na Psicologia. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, desenvolvida por meio de revisão integrativa da literatura. As buscas foram realizadas nas bases Google Acadêmico, Periódicos CAPES, PePSIC e SciELO, utilizando os descritores “masculinidade”, “sofrimento psíquico” e “violência”. Após os critérios de seleção, 27 artigos foram analisados por meio de análise temática. Os resultados evidenciaram que as masculinidades são construções sociais e históricas organizadas de forma hierárquica. Observou-se a permanência de um modelo hegemônico marcado pela repressão emocional, heterossexualidade compulsória e valorização da violência como forma de validação masculina. Além de reforçar desigualdades e violências de gênero, esse modelo favorece sofrimento psíquico, isolamento afetivo, autonegligência e dificuldades emocionais nos próprios homens. Conclui-se que a masculinidade hegemônica produz impactos negativos tanto nas relações sociais quanto na subjetividade masculina, evidenciando a necessidade de promover formas mais plurais, saudáveis e menos violentas de experimentar o masculino.

Palavras-chave: Masculinidade hegemônica; Sofrimento Psíquico; Violência.

ABSTRACT

Studies on masculinities have gained prominence in recent decades due to the impacts of traditional models of masculinity on social relationships, men's mental health, and the production of violence. Hegemonic masculinity, associated with virility, domination, rationality, and the denial of vulnerability, contributes to the maintenance of gender inequalities and to men's psychological suffering. This study aimed to investigate how hegemonic masculinity patterns influence men's psychological suffering and contribute to violent practices against women and dissident masculinities, as well as to analyze how these discussions have been addressed within Psychology. This is a qualitative study conducted through an integrative literature review. Searches were carried out in the databases Google Scholar, CAPES Journals, PePSIC, and SciELO, using the descriptors “masculinity,” “psychological suffering,” and “violence.” After applying the selection criteria, 27 articles were analyzed through thematic analysis. The results showed that masculinities are social and historical constructions organized hierarchically. The persistence of a hegemonic model characterized by emotional repression, compulsory heterosexuality, and the valorization of violence as a form of masculine validation was observed. In addition to reinforcing gender inequalities and violence, this model promotes psychological suffering, emotional isolation, self-neglect, and emotional difficulties among men themselves. It is concluded that hegemonic masculinity produces negative impacts both on social relationships and on male subjectivity, highlighting the need to promote more plural, healthy, and less violent ways of experiencing masculinity.

Keywords: Hegemonic masculinity; Psychological suffering; Violence.

INTRODUÇÃO

A partir das últimas décadas do século XX, os estudos sobre masculinidades passaram a ocupar lugar central nos debates acadêmicos, políticos e culturais, especialmente diante das transformações nas relações de gênero e da ampliação das pautas feministas e LGBTQIAPN+ no contexto ocidental e brasileiro. Nesse cenário, intensificaram-se as críticas ao modelo tradicional de masculinidade, historicamente associado à virilidade, autoridade, racionalidade e negação da vulnerabilidade (Monteiro, 2025).

Consolidados entre as décadas de 1970 e 1980, os estudos sobre masculinidades passaram a compreender a masculinidade como uma construção histórica e social atravessada por relações de poder, e não como atributo natural dos homens (Baére & Zanello, 2020; Rocha, Lanza & Ribeiro, 2020). Assim, o conceito de masculinidades, no plural, evidencia a existência de múltiplas formas de experienciar o masculino, organizadas hierarquicamente conforme marcadores sociais como raça, classe e sexualidade.

Nesse contexto, destaca-se a noção de masculinidade hegemônica, entendida como o modelo socialmente legitimado de ser homem, sustentado pela heteronormatividade e pela valorização de características como força, dominação, produtividade, controle emocional e poder. Esse padrão, frequentemente associado ao homem branco, cisgênero, heterossexual e economicamente bem-sucedido, subordina e deslegitima masculinidades dissidentes (Baére & Zanello, 2020; Miez, Motti & Gianordoli-Nascimento, 2025; Oliveira & Santos, 2019).

A literatura aponta que a manutenção desse ideal produz impactos significativos nas relações sociais e na saúde mental masculina. Desde a infância, homens são socializados em padrões rígidos que desencorajam a expressão emocional e reforçam a autossuficiência, favorecendo experiências de sofrimento psíquico e isolamento afetivo. Além disso, tais padrões contribuem para a naturalização do sexismo e da violência como formas de sustentação da identidade masculina (Miez, Motti & Gianordoli-Nascimento, 2025).

Diversos estudos também indicam que a violência ocupa papel central na construção das masculinidades hegemônicas, funcionando frequentemente como mecanismo de reafirmação da autoridade e da virilidade masculina. Nesse sentido, a violência de gênero pode ser compreendida como resposta à percepção de ameaça à identidade masculina e à perda de poder socialmente atribuído aos homens (Rocha, Lanza & Ribeiro, 2020). No Brasil, dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2026) revelam a gravidade desse fenômeno: em 2025, foram registrados 1.568 casos de feminicídio, dos quais 97,3% foram cometidos exclusivamente por homens e que mantinham vínculos afetivos com as vítimas.

Paralelamente, os mesmos padrões normativos atravessam o sofrimento psíquico masculino. A dificuldade em corresponder às expectativas sociais do masculino, associada à repressão emocional e às violências sofridas por homens que não se enquadram no ideal hegemônico, contribui para processos de adoecimento mental, especialmente entre homens LGBTQIAPN+ (Baére & Zanello, 2020). Dados do Ministério da Saúde indicam que 77,8% dos óbitos por suicídio registrados em 2021 ocorreram entre homens, além de apontarem maior vulnerabilidade de pessoas LGBTQIAPN+ a comportamentos autolesivos e tentativas de suicídio.

Observa-se que os homens figuram simultaneamente como principais autores de violência de gênero e como grupo com elevados índices de suicídio e sofrimento mental, indicando uma problemática que atravessa a própria construção social das masculinidades. Esta pesquisa parte da compreensão de que a masculinidade não constitui uma essência biológica, mas uma construção social, cultural e historicamente situada. Nesse sentido, a presente pesquisa busca responder à seguinte questão: de que forma os estudos em Psicologia discutem os efeitos da masculinidade hegemônica na saúde mental masculina e nas práticas de violência?

Frente a essas reflexões, este estudo tem como objetivo investigar como os padrões sociais de masculinidade hegemônica influenciam o sofrimento psíquico de homens e contribuem para a produção de violência contra mulheres e masculinidades dissidentes. Especificamente, pretende-se analisar as características centrais da masculinidade hegemônica e sua estruturação social; compreender seus impactos na construção das identidades masculinas e nas vivências afetivas e emocionais dos homens; e identificar como tais discussões vêm sendo abordadas na produção científica contemporânea em Psicologia.

MÉTODO

A presente pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, buscando compreender os sentidos atribuídos à masculinidade e suas relações com o sofrimento psíquico e as práticas de violência. Como procedimento metodológico, utilizou-se a revisão integrativa da literatura, por possibilitar a sistematização do conhecimento científico, bem como a identificação de lacunas teóricas e novas perspectivas de investigação (Botelho, Cunha & Macedo, 2011). A revisão foi realizada entre fevereiro e março de 2026, seguindo as etapas metodológicas propostas por Souza, Silva e Carvalho (2010). Inicialmente, definiu-se a questão norteadora da pesquisa: “De que forma os estudos em Psicologia discutem os efeitos da masculinidade hegemônica na saúde mental masculina e nas práticas de violência?”. Em seguida, estabeleceram-se os critérios de inclusão e exclusão dos estudos. Foram incluídos artigos científicos publicados em português e espanhol, disponíveis na íntegra, publicados entre 2016 e 2026, classificados com estrato mínimo B1 no Qualis Periódicos e que abordassem diretamente a relação entre masculinidade hegemônica, sofrimento psíquico, violência ou relações de gênero. Foram excluídos artigos duplicados, textos sem relevância temática, estudos que abordavam o tema de forma tangencial e publicações sem rigor metodológico. A busca dos estudos foi realizada inicialmente no Google Acadêmico e, posteriormente, nas bases de dados Periódicos CAPES, PePSIC e SciELO. Para a seleção dos artigos, utilizaram-

se os descritores “masculinidade”, “sofrimento psíquico” e “violência”, combinados pelo operador booleano AND. Por fim, os estudos selecionados foram submetidos à análise temática, conforme proposta por da Rosa e Mackedanz (2021). Esse procedimento permitiu identificar padrões de sentido, conceitos recorrentes e categorias analíticas, possibilitando uma compreensão aprofundada das relações entre masculinidade hegemônica, sofrimento psíquico e violência. No desenvolvimento deste trabalho, ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas de maneira complementar, exclusivamente para auxílio na revisão ortográfica, gramatical e na tradução. Destaca-se, entretanto, que a elaboração do conteúdo, a seleção e análise dos estudos, assim como as interpretações e conclusões apresentadas, são de autoria total do pesquisador, sendo a inteligência artificial empregada apenas como recurso auxiliar, sem interferência na construção teórica e metodológica da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da aplicação dos critérios de inclusão, a busca nas bases de dados resultou em 335 trabalhos, dos quais 283 foram descartados após leitura dos títulos e aplicação dos critérios de exclusão. Em seguida, após leitura dos resumos, foram excluídos 25 trabalhos. Por fim, após a leitura na íntegra dos trabalhos, permaneceram 27 trabalhos que se enquadraram na temática da pesquisa e que foram submetidos à análise temática. Além disso, para compor a análise foram adotados, de forma complementar, dois estudos clássicos de masculinidade, produzidos por Connell e Messerschmidt. Os artigos selecionados para compor a análise temática foram dispostos no quadro 1.

Quadro 1 - *Estudos utilizados na revisão da literatura.*

Autor/Ano	Objetivo	Método	Principais achados
Baére e Zanello (2020)	Analisar os contextos de sofrimento que levaram os sujeitos às ideias e tentativas de autoextermínio.	Estudo qualitativo por meio das teorias das masculinidades e relatos biográficos.	Existem semelhanças e diferenças nas narrativas de cada orientação sexual, evidenciando como o afastamento da masculinidade hegemônica se manifesta nas sexualidades.

Brito (2021)	Discutir as disputas sociais de sentidos sobre a masculinidade no esporte brasileiro.	Ensaio teórico.	O esporte brasileiro ainda funciona como um espaço de reprodução da masculinidade hegemônica
Butler (2016)	Problematizar identidades de gênero e sexualidade.	Obra teórica filosófica.	O gênero é performativo e socialmente construído, não uma essência fixa.
Connell & Messerschmidt (2013)	Revisitar o conceito de masculinidade hegemônica.	Revisão teórica.	A masculinidade é dinâmica, relacional e atravessada por raça, classe e sexualidade.
Connell (1995)	Discutir políticas da masculinidade.	Estudo teórico-sociológico.	As masculinidades são construções históricas vinculadas a relações de poder e dominação.
Diniz et al. (2021)	Discutir a relação entre as masculinidades e a violência entre parceiros íntimos heterossexuais.	Revisão/estudo teórico relacional.	A violência é sustentada por modelos tradicionais de masculinidade e relações desiguais de poder.
Domínguez, Campo & Arcos (2022)	Analisar a masculinidade hegemônica e sua interseção com a violência em casais gays íntimos.	Revisão de literatura.	A masculinidade hegemônica é uma construção histórico-social que mantém seu poder sobre masculinidades consideradas feminilizadas por meio de diferentes formas de violência.
Gallo & Vieira (2022)	Analisar masculinidade hegemônica, violência de gênero e educação.	Estudo de casos múltiplos.	Homens ligados à masculinidade hegemônica reforçam, entre si, discursos e comportamentos que ajudam a manter e legitimar a violência de gênero no sistema patriarcal.
Kimmel (2016)	Discutir masculinidade como homofobia.	Ensaio teórico.	O medo da feminilidade e da homossexualidade sustenta práticas de dominação masculina.
Kublikowski et al. (2025)	Analisar como as violências de gênero atravessam sujeitos marcados por raça, classe e identidade de gênero no Brasil.	Pesquisa documental	A masculinidade hegemônica e as estruturas patriarcais contribuem para a reprodução de violências de gênero.
Lima (2022)	Discutir gênero e	Ensaio teórico.	As relações afetivas

	socialização sexual nos relacionamentos amorosos.		contemporâneas ainda reproduzem padrões tradicionais de gênero.
Macêdo (2024)	Rer os conceitos de masculinidade hegemônica e dominação masculina, a partir da teoria de Butler.	Ensaio teórico.	A masculinidade é performativa e plural, rompendo modelos normativos rígidos.
Marques & Monte (2024)	Narrar uma vivência de trabalho grupal desenvolvida com homens migrantes venezuelanos e brasileiros.	Relato de experiência.	Processos migratórios tensionam identidades masculinas e padrões hegemônicos.
Mesquita & Corrêa (2021)	Investigar o conceito de masculinidade tóxica.	Revisão de literatura.	Discutir a “masculinidade tóxica” permite compreender os mecanismos que sustentam o ideal de virilidade e possibilita novas formas de vivenciar a masculinidade.
Miez, Motti & Gianordoli-Nascimento (2025)	Investigar se homens são mais predispostos à agressividade no trânsito pelo impacto da heteronormatividade e da masculinidade hegemônica.	Pesquisa bibliográfica.	A heteronormatividade sustenta o ideal de masculinidade hegemônica que norteia a socialização de homens.
Monteiro (2025)	Fazer uma análise crítica das masculinidades contemporâneas, com ênfase nos efeitos subjetivos e sociais da masculinidade hegemônica.	Artigo teórico-reflexivo.	A manutenção da virilidade implica na negação da sensibilidade e da fragilidade masculina, o que repercute em altos índices de suicídio, depressão e negligência com a saúde dos homens.
Oliveira & Santos (2019)	Analisar como masculinidades e juventudes estão sendo enunciadas nas produções científicas no Portal CAPES.	Estado da arte.	Há uma discussão interseccional sobre reproduções discursivas da masculinidade hegemônica como modelo identitário que fabrica hierarquizações sociais.
Paula & Rocha (2019)	Discutir os impactos da masculinidade tóxica no bem-estar masculino.	Revisão de literatura.	Homens que ainda não se desprenderam do velho modelo de masculinidade, têm grandes perdas no bem-estar pessoal.
Pereira (2021)	Discutir masculinidades, raça, sexualidade e interseccionalidade.	Ensaio teórico.	A masculinidade deve ser compreendida de forma interseccional e plural.

Pereira & Gamas (2021)	Relacionar redes sociais, masculinidade e violência.	Revisão teórico-analítica e documental.	As redes sociais funcionam como espaços de reprodução e legitimação da masculinidade hegemônica e do machismo no contexto brasileiro.
Robles et al. (2021)	Refletir sobre como as novas masculinidades são socialmente construídas.	Pesquisa empírica.	Embora tenham surgido formas alternativas de vivenciar o masculino, muitos homens ainda reproduzem práticas e privilégios ligados à masculinidade hegemônica.
Rocha, Lanza & Ribeiro (2020)	Analisar as relações entre transfobia, masculinidades e violência.	Revisão bibliográfica.	A violência é uma manifestação subjetiva e expressiva utilizada por muitos homens quando têm comprometida ou ameaçada a masculinidade ideal.
Rodriguez (2019)	Refletir sobre masculinidade hegemônica.	Ensaio teórico.	A masculinidade hegemônica opera como mecanismo de manutenção de privilégios masculinos.
Santos et al. (2021)	Refletir sobre as relações homem-poder-violência.	Ensaio teórico.	Há um aumento da violência domiciliar como efeito da diminuição do poder patriarcal, na tentativa de estabilizar o modelo de masculinidade.
Santos Henrique, Rocha & Silva (2024)	Compreender quais conhecimentos sobre masculinidade hegemônica vêm sendo utilizados e produzidos por pesquisas que discutem gênero e sexualidade no contexto educacional brasileiro.	Análise categorial.	Apontam discussões potentes que denunciam processos de violências, ao passo que visam tornar a escola um ambiente menos desigual e mais acolhedor.
Silva et al. (2022)	Compreender os elementos constitutivos da masculinidade ensinados/aprendidos na infância/adolescência e reproduzidos por homens em processo criminal por violência conjugal.	Análise de conteúdo temática categorial.	Os elementos constitutivos da masculinidade perpassam a infidelidade, valorização do trabalho, provisão familiar, imposição de normas e detenção de poder em relação à mulher.
Silva Sousa (2022)	Conceituar a	Análise conceitual da	A masculinidade

	masculinidade em um enquadramento comportamental, com ênfase no modelo hegemônico.	literatura.	hegemônica pode ser interpretada como uma prática cultural, mantida por contingências existentes em sociedades onde o patriarcado ainda é intenso.
Sousa & Costa (2025)	Analisar aspectos relacionados à masculinidade hegemônica de homens adultos que cometeram ofensa sexual.	Pesquisa documental.	A construção social da masculinidade hegemônica contribui para práticas violentas contra crianças, adolescentes e mulheres.
Souza, Lima & Ferreira (2023)	Analisar a relação entre identidade masculina e sexismo ambivalente.	Pesquisa quantitativa.	Concepções hegemônicas de masculinidade reafirmam a superioridade masculina e naturalizam práticas de sexismo e comportamentos violentos em defesa da manutenção da identidade masculina.

A partir da leitura dos artigos foram definidas seis categorias temáticas. Em torno delas abordaram-se os principais achados e problematizações dos estudos, tendo a masculinidade como pano de fundo.

Centralização do sujeito homem

A partir da análise dos estudos incluídos nesta revisão, observa-se que a centralidade do homem nas relações sociais antecede as próprias formulações teóricas sobre masculinidade. Historicamente, a figura masculina foi colocada como parâmetro universal, favorecendo a consolidação de relações de dominação e da preponderância masculina em diferentes esferas sociais.

Sob essa perspectiva, Paula e Rocha (2019) argumentam que as relações sociais fundamentadas na dominação masculina resultam de um longo processo histórico de legitimação social. Segundo os autores, até o século XVIII predominava a concepção do monismo sexual, na qual o homem era concebido como modelo de perfeição metafísica, enquanto a mulher era compreendida como uma versão incompleta e inferior do corpo masculino. Nessa lógica, os órgãos femininos eram interpretados como uma inversão dos

órgãos masculinos, e a diferenciação entre os sexos fundamentavam-se principalmente na capacidade reprodutiva. Como consequência, as mulheres foram historicamente associadas ao espaço privado e às funções relacionadas ao cuidado e à reprodução.

Com o advento do Iluminismo, a mulher deixa de ser concebida como um “homem incompleto” e passa a ser entendida como um sujeito biologicamente distinto. Entretanto, conforme destacam Paula e Rocha (2019), essa transformação não promoveu igualdade de direitos. Ela passou a ser utilizada como fundamento para legitimar desigualdades e consolidar uma visão dicotômica das identidades de gênero, reforçando a suposta superioridade masculina.

A partir desse cenário, a masculinidade passa a ser construída em oposição ao feminino e à homossexualidade. Estudos de Rodriguez (2019) e Paula e Rocha (2019) apontam que atributos como força, racionalidade, liderança e competitividade passaram a ser associados à masculinidade, enquanto fragilidade, emotividade e submissão foram atribuídas ao feminino. Essa lógica reforçou divisões de gênero entre os espaços público e privado, além de sustentar relações de poder baseadas no androcentrismo.

Rodriguez (2019) define o androcentrismo como um dos principais elementos estruturantes das sociedades patriarcais, caracterizado pela universalização das experiências masculinas como representação legítima da experiência humana. Nesse processo, vivências e categorias masculinas tornam-se parâmetros normativos para homens e mulheres, invisibilizando outras formas de existência e produção social.

A análise dos estudos permite observar que essa universalização também é reproduzida pela linguagem e pela produção científica. Expressões como “a origem do homem” ou “os homens pré-históricos”, frequentemente utilizadas para se referirem à humanidade como um todo, reiteram simbolicamente a centralidade masculina. No campo da Arqueologia, Rodriguez (2019) identifica que práticas associadas à guerra, caça, poder e

prestígio foram historicamente atribuídas aos homens, enquanto às mulheres foram reservadas representações vinculadas ao cuidado, à alimentação e à reprodução. Tais atividades, socialmente classificadas como femininas, passaram a ser hierarquizadas como secundárias e desprovidas de relevância sociopolítica. Esses achados evidenciam que o androcentrismo não apenas organiza a produção do conhecimento, mas também contribui para a manutenção de desigualdades estruturais baseadas em construções de gênero.

Essa discussão aproxima-se das contribuições de Monteiro (2025), que compreende o patriarcado como um sistema sustentado por instituições sociais e simbólicas, como Estado, religião e família, responsáveis por legitimar a dominação masculina. Segundo o autor, essa articulação produz a ideia de que a ordem patriarcal seria natural, imutável e anterior às próprias ações humanas, dificultando processos de transformação social.

De modo semelhante, Domínguez, Campo e Arcos (2022) destacam que a cultura patriarcal hierarquiza atributos associados ao masculino, posicionando-os como ideal normativo da condição humana. Nesse sentido, os autores ressaltam a importância de problematizar concepções sociais e formulações teóricas que privilegiam o masculino, uma vez que tais perspectivas contribuem para a naturalização das desigualdades e para a invisibilização de obstáculos estruturais relacionados às relações de gênero.

Além das implicações sociais e institucionais, os estudos analisados indicam que o patriarcado influencia diretamente os processos de constituição subjetiva desde a infância. Pereira e Gamas (2021) afirmam que a cultura patriarcal impõe padrões rígidos de gênero às crianças, levando-as a reprimir emoções, comportamentos e formas de expressão considerados incompatíveis com as expectativas sociais atribuídas ao masculino e ao feminino. Os autores destacam que, diante do medo de punições, rejeições ou violência, crianças tendem a adotar comportamentos socialmente esperados, mesmo que estes não correspondam aos seus desejos e experiências subjetivas. Como consequência, meninos e

meninas passam a limitar a expressão de afetos e modos de agir, reproduzindo normas de gênero socialmente impostas.

Essa compreensão do patriarcado e do androcentrismo como estruturas organizadoras das relações sociais permite compreender o gênero como elemento central na produção das masculinidades e das hierarquias que atravessam as experiências masculinas.

De uma noção de gênero

A análise dos estudos selecionados evidencia que o conceito de masculinidade é indissociável da noção de gênero. Masculino e feminino ultrapassam dimensões biológicas, constituindo-se como categorias produzidas socialmente e responsáveis por orientar comportamentos, performances e expectativas sociais.

Silva et al. (2022) definem o gênero como um elemento estruturante das relações sociais, fundamentado nas diferenças socialmente percebidas entre os sexos e utilizado como mecanismo de significação das relações de poder. Em diálogo a essa concepção, Diniz, Welzer-Lang e Guinot (2021) destacam que o gênero atua como marcador social responsável por orientar normas e práticas relacionadas ao que é considerado adequado para homens e mulheres.

Embora partam de referenciais distintos, Butler (2016) e Santos Henrique, Rocha e Silva (2024) convergem ao compreender o gênero como estrutura organizadora da vida social. Butler (2016) enfatiza seu caráter performativo, sustentado pela repetição de atos e normas que modelam corpos e subjetividades, enquanto Santos Henrique, Rocha e Silva (2024) ressaltam sua dimensão hierárquica, responsável pela classificação social do masculino e do feminino.

A literatura revisada indica que a socialização masculina ocorre por meio da incorporação de atributos culturalmente associados ao masculino, como virilidade, domínio, coragem e racionalidade, em oposição a características associadas ao feminino, como

fragilidade, cuidado e expressão emocional. Diniz, Welzer-Lang e Guinot (2021) observam que, desde a infância, os meninos são incentivados a rejeitar comportamentos considerados femininos, reforçando padrões tradicionais de masculinidade. Expressões como “meninos não choram” ilustram mecanismos de subjetivação que naturalizam o controle emocional como componente central da masculinidade hegemônica.

Nesse sentido, o gênero influencia diretamente a maneira como os homens constroem suas identidades e experienciam suas relações consigo mesmos e com os outros. Macedo (2024) argumenta que é por meio do gênero que os homens vivenciam suas humanidades, sendo atravessados por expectativas relacionadas à superioridade, virilidade e invulnerabilidade. Para o autor, os discursos de gênero ainda produzem formas de sofrimento, negligência com a saúde e adesão a modelos violentos de masculinidade. Assim, compreender os processos de generificação torna-se fundamental para pensar masculinidades menos normativas e menos adoecedoras.

Além disso, a literatura aponta que as masculinidades devem ser compreendidas como construções dinâmicas, relacionais e constantemente atravessadas por disputas de significado. Para Macedo (2024), a validação das identidades de gênero está fortemente relacionada à aparência e à forma como os sujeitos são socialmente percebidos. Dessa maneira, homens que expressam características consideradas femininas, assim como mulheres associadas à virilidade, frequentemente têm suas identidades questionadas. Isso evidencia que as masculinidades não constituem categorias fixas ou universais, mas sim produções socioculturais, marcadas por fatores históricos, culturais e subjetivos.

Assim, a análise dos estudos revisados permite compreender que o gênero opera simultaneamente como mecanismo de regulação social e produção subjetiva. Ao definir expectativas, comportamentos e formas legítimas de existência, contribui para a manutenção de hierarquias e desigualdades que atravessam as experiências masculinas.

Masculinidade(s)

Os estudos analisados convergem ao compreender as masculinidades como construções históricas, sociais e relacionais, rejeitando concepções universalizantes acerca do que significa “ser homem”. Nesse sentido, a literatura privilegia o uso do termo *masculinidades*, no plural, como estratégia teórico-analítica que reconhece a diversidade de experiências masculinas produzidas em diferentes contextos socioculturais.

Conforme apontam Rodriguez (2019) e Sousa e Costa (2025), as masculinidades correspondem a conjuntos de valores, práticas e normas socialmente construídas e associadas ao masculino. Tais construções são continuamente produzidas e reproduzidas por instituições sociais, como família, escola, religião e mídia, assumindo diferentes configurações conforme os contextos históricos, culturais e políticos. Assim, os estudos rejeitam a ideia de uma masculinidade fixa, compreendendo-a como fenômeno dinâmico e mutável.

A literatura evidencia ainda que, embora existam múltiplas formas de vivenciar a masculinidade, essas experiências não se organizam de maneira horizontal ou neutra. Conforme destacam Pereira (2021), Rocha, Lanza e Ribeiro (2020) e Souza, Lima e Ferreira (2023), as masculinidades são atravessadas por marcadores sociais como raça, classe, sexualidade, idade e território, produzindo hierarquias entre masculinidades dominantes e subordinadas. Assim, algumas expressões do masculino tornam-se socialmente mais valorizadas que outras.

Os estudos também indicam que a construção das masculinidades se inicia na infância, por meio de processos de socialização que incentivam a incorporação de comportamentos considerados adequados ao masculino. Segundo Silva et al. (2022), família, escola, religião e comunidade atuam como importantes agentes de transmissão de normas de gênero, influenciando a formação da autoimagem, das relações sociais e das formas de subjetivação masculina.

Ao discutir a pluralidade das experiências masculinas, Diniz, Welzer-Lang e Guinot (2021) ressaltam que o uso do termo masculinidades, no plural, rompe com perspectivas biologizantes que associam o “ser homem” exclusivamente ao sexo biológico. Em lugar de um modelo homogêneo e universal, os autores propõem a análise da diversidade de identidades masculinas produzidas no interior de uma mesma matriz cultural hegemonicamente masculina.

Essa compreensão aproxima-se das contribuições de Lima (2022), para quem a masculinidade constitui um construto em permanente transformação, produzido nas relações estabelecidas consigo mesmo, com outros sujeitos e com a sociedade. Nessa perspectiva, coexistem múltiplas formas de vivenciar o masculino, algumas socialmente mais legitimadas do que outras, o que evidencia a existência de masculinidades hegemônicas e subordinadas.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à antifeminilidade como mecanismo estruturante das masculinidades. Kimmel (2016) argumenta que a masculinidade se sustenta em processos contínuos de validação social, nos quais “ser homem” implica, sobretudo, afastar-se de atributos associados ao feminino. Assim, a masculinidade é constantemente reafirmada por meio da negação da vulnerabilidade, da rejeição da feminilidade e da necessidade de reconhecimento entre pares masculinos.

Essa compreensão dialoga diretamente com Connell (1995), que problematiza a noção tradicional de “papel masculino”. Para a autora, masculinidade não corresponde a um conjunto fixo de comportamentos naturais aos homens, mas a uma configuração social marcada por disputas de poder e por diferentes formas de reconhecimento social.

Os estudos também evidenciam que as masculinidades são permanentemente atravessadas por relações de poder, especialmente por desigualdades de gênero e hierarquias entre os próprios homens. Kimmel (2016) destaca que a construção social das masculinidades

articula-se a práticas de sexismo e homofobia, frequentemente utilizadas como mecanismos de validação identitária e diferenciação em relação a sujeitos considerados desviantes.

Em diálogo com essas perspectivas, Macedo (2024) problematiza tentativas de universalização do masculino ao afirmar que as masculinidades constituem construções performativas e contextuais, continuamente atravessadas por disputas de significado. Para o autor, os critérios de reconhecimento da masculinidade variam conforme fatores culturais, religiosos, raciais, territoriais e econômicos, impossibilitando a formulação de uma definição única e universal sobre o que significa ser homem.

Em conjunto, os estudos analisados revelam que as masculinidades constituem um campo dinâmico, relacional e hierarquizado, marcado simultaneamente pela pluralidade de experiências e pela permanência de estruturas normativas de poder. Essa articulação entre diversidade e hierarquia permite compreender as desigualdades de gênero e os mecanismos de regulação das identidades masculinas.

Da masculinidade hegemônica às masculinidades dissidentes

Embora os estudos revisados reconheçam a pluralidade das experiências masculinas, a literatura evidencia que essas formas de vivenciar o masculino organizam-se de maneira hierárquica. Nesse cenário, a masculinidade hegemônica ocupa posição central como modelo socialmente legitimado de “ser homem”, enquanto masculinidades que se afastam desse padrão tendem a ser subordinadas, marginalizadas ou dissidentes.

Macedo (2024) argumenta que os homens são atravessados por diferentes marcadores sociais, como raça, classe, orientação sexual, deficiência, nacionalidade e pertencimento cultural, o que inviabiliza a compreensão da masculinidade como uma categoria homogênea. Assim, homens negros, indígenas, imigrantes, pobres, gays ou com deficiência experienciam o masculino de formas distintas, produzindo identidades plurais e complexas.

Essa perspectiva se aproxima das contribuições de Connell e Messerschmidt (2013), que defendem a necessidade de desnaturalizar a masculinidade, compreendendo-a como uma produção sociocultural continuamente atravessada pelas relações de poder e pelos contextos históricos. Para os autores, assim como não existe uma categoria universal de “mulher”, também não há uma identidade masculina única e natural.

Apesar desse reconhecimento da pluralidade, os estudos apontam para a permanência de um padrão hegemônico que atua como referência normativa. Silva et al. (2022) compreendem as masculinidades como conjuntos de normas culturais e sociais que orientam comportamentos, valores e atributos associados ao ser homem. Ainda que existam múltiplas possibilidades de vivência masculina, os autores destacam que permanece predominante um modelo hegemônico sustentado pela heterossexualidade compulsória, pela valorização da honra, da virilidade e da supremacia masculina.

Souza, Lima e Ferreira (2023) aprofundam essa discussão ao destacar que a masculinidade hegemônica opera simultaneamente como ideal normativo e mecanismo de hierarquização entre diferentes formas de existência masculina. Entre os atributos socialmente valorizados destacam-se a dominação sobre as mulheres, a rejeição de características associadas ao feminino, a valorização da força física, da racionalidade, da virilidade e da posição de provedor.

Em consonância com essas formulações, Miez, Motti e Giardoli-Nascimento (2025) ressaltam que, embora as masculinidades sejam múltiplas e resultem de negociações subjetivas e sociais, suas expressões permanecem referenciadas por um ideal hegemônico. Tal perspectiva se aproxima da formulação clássica de Connell e Messerschmidt (2013), segundo a qual a masculinidade hegemônica corresponde a um padrão de práticas responsável por legitimar a dominação masculina e organizar relações de poder tanto entre homens e mulheres quanto entre os próprios homens.

Os estudos também demonstram que essa hegemonia se manifesta em diferentes níveis. Santos et al. (2021) distinguem a hegemonia interna, relacionada à ascendência de determinados homens sobre outros, da hegemonia externa, referente à dominação masculina sobre as mulheres. Essa diferenciação evidencia que as relações de gênero não produzem apenas desigualdades entre homens e mulheres, mas também hierarquias intragênero, atravessadas por fatores como raça, sexualidade e classe social.

Connell e Messerschmidt (2013) introduzem ainda a noção de masculinidade cúmplice para se referirem aos homens que, mesmo sem exercer diretamente práticas explícitas de dominação, beneficiam-se dos privilégios produzidos pelo patriarcado. Dessa forma, a hegemonia masculina sustenta-se não apenas pela violência, mas sobretudo pela legitimação cultural e institucional de determinados modos de ser homem.

Kublikowski et al. (2025) corroboram essa perspectiva ao afirmarem que a masculinidade hegemônica valoriza atributos como poder, competitividade e agressividade, subordinando outras masculinidades e feminilidades, especialmente identidades dissidentes. Além de reproduzir desigualdades de gênero, esse modelo também produz hierarquias entre os próprios homens, afetando de forma mais intensa sujeitos social e racialmente marginalizados, que enfrentam maiores barreiras de acesso à educação, trabalho e saúde.

Outro elemento central identificado na literatura refere-se à virilidade sexual como componente estruturante da masculinidade hegemônica. Baére e Zanello (2018) apontam que a sexualidade masculina é organizada a partir de uma lógica compulsória de virilidade, marcada pela valorização da atividade sexual, do domínio e da rejeição de práticas associadas à feminilidade ou à passividade. Nesse contexto, a heterossexualidade ocupa posição privilegiada, enquanto masculinidades não heterossexuais são frequentemente associadas à inferioridade social e à perda de status masculino. Assim, embora os homens, em geral,

ocupem posições de privilégio em relação às mulheres, a não heterossexualidade posiciona determinadas masculinidades em lugares de inferioridade social.

Silva Sousa (2023) acrescenta que o modelo hegemônico incentiva comportamentos associados à coragem, racionalidade, autoridade e invulnerabilidade emocional, ao mesmo tempo em que reforça práticas homofóbicas, agressivas e misóginas. Elementos simbólicos como armas, carros, esportes radicais, consumo de álcool e ocupação do espaço público aparecem associados à validação do masculino. Em contraposição, masculinidades subordinadas são frequentemente vinculadas a homens gays, homens não brancos e sujeitos pertencentes às classes populares.

Diante dessas problematizações, Brito (2021) propõe uma compreensão do masculino que ultrapasse modelos rígidos, binários e heteronormativos. O autor apresenta a perspectiva queer/cuir/kuir como um horizonte político e teórico voltado à desconstrução das normas tradicionais de masculinidade, valorizando experiências plurais, instáveis e atravessadas por diferentes marcadores sociais.

Portanto, os estudos analisados demonstram que as masculinidades constituem um campo relacional e hierarquizado, marcado por disputas de poder e atravessamentos sociais. Embora exista diversidade nas formas de vivenciar o masculino, a masculinidade hegemônica permanece como referência normativa, regulando privilégios, exclusões e desigualdades tanto nas relações entre homens e mulheres quanto entre os próprios homens.

Reafirmação de dominação e comportamentos de violência

Os estudos revisados apontam uma associação entre a constituição das masculinidades hegemônicas e a reprodução de comportamentos violentos, especialmente direcionados às mulheres e às masculinidades consideradas dissidentes. A literatura compreende essa violência não como expressão natural ou biológica do masculino, mas como resultado de processos históricos, sociais e culturais que moldam determinadas formas de ser homem.

Gallo e Vieira (2022) argumentam que a violência constitui um elemento socialmente construído no interior das relações de gênero, sendo incorporada ao longo dos processos de socialização masculina. Os autores ressaltam que a violência possui caráter relacional, pressupondo relações assimétricas de poder entre sujeitos. Dessa forma, sua compreensão ultrapassa análises biologizantes ou individualizantes, exigindo a consideração das estruturas sociais e culturais que sustentam determinadas práticas masculinas.

Essa dinâmica torna-se particularmente evidente em contextos orientados pela chamada cultura da honra. Segundo Souza, Lima e Ferreira (2023), em sociedades marcadas por esse modelo cultural, a preservação da honra masculina e o controle do comportamento feminino assumem papel central. Os homens são incentivados a demonstrar força, autoridade e reação diante ameaças à masculinidade, enquanto as mulheres são socializadas para ocupar posições de submissão e tolerância. Como consequência, práticas de controle, sexismo e violência podem ser legitimadas como mecanismos de manutenção da ordem de gênero.

Os autores acrescentam que muitos comportamentos masculinos associados à masculinidade hegemônica são orientados pela necessidade contínua de reafirmação de status e poder. Essa busca pela validação do masculino favorece a reprodução de atitudes autoritárias e violentas, especialmente em situações nas quais os homens percebem ameaças à sua identidade de gênero (Souza, Lima & Ferreira, 2023).

De modo complementar, Silva et al. (2022) destacam a importância das experiências familiares e dos processos educativos na internalização dessas normas. Segundo os autores, aprendizagens assimiladas desde a infância tendem a naturalizar a agressividade como atributo inerente ao masculino, contribuindo para a legitimação da violência como estratégia aceitável de resolução de conflitos. Nesse sentido, práticas violentas, como a violência doméstica, passam a ser sustentadas por relações de poder historicamente associadas ao masculino.

Embora frequentemente direcionadas às mulheres, essas dinâmicas também produzem impactos sobre os próprios homens. Oliveira e Santos (2019) apontam que comportamentos agressivos geram consequências negativas tanto para quem sofre quanto para quem pratica a violência, incluindo danos físicos, emocionais e sociais, como exclusão, encarceramento e vulnerabilidade. Nessa mesma direção, Pereira e Gamas (2021) argumentam que o sistema patriarcal também oprime os homens ao impor padrões rígidos relacionados à força, liderança, invulnerabilidade emocional e valorização da violência como prova de masculinidade.

Ao revisarem o conceito de masculinidade hegemônica, Connell e Messerschmidt (2013) destacam que a manutenção da dominação masculina não ocorre exclusivamente por meio da violência, embora ela possa constituir um recurso importante para sua sustentação. Para os autores, a hegemonia masculina se estabelece, sobretudo, por mecanismos culturais, institucionais e simbólicos que legitimam determinados modelos de masculinidade. Ainda assim, em diferentes contextos históricos e sociais, a violência pode ser incorporada como elemento valorizado dessas masculinidades hegemônicas, funcionando como expressão de virilidade, autoridade e poder.

Contudo, Connell e Messerschmidt (2013) alertam para o risco de reduzir o conceito de masculinidade hegemônica a práticas necessariamente violentas ou tóxicas. Os autores enfatizam que as masculinidades hegemônicas são plurais e assumem diferentes configurações nos níveis local, regional e global, variando conforme os contextos socioculturais.

Apesar dessa ressalva teórica, os estudos empíricos revisados indicam uma forte associação entre ideais hegemônicos de masculinidade e atitudes sexistas. Souza, Lima e Ferreira (2023), em pesquisa realizada com homens universitários das regiões Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, observaram que concepções tradicionais de masculinidade contribuem para a reafirmação da superioridade masculina e para a naturalização da violência

contra as mulheres. Os resultados sugerem que a preservação de papéis tradicionais de gênero funciona como mecanismo de manutenção de privilégios masculinos e pode legitimar práticas violentas como estratégia de defesa da identidade masculina.

Além das relações entre homens e mulheres, a literatura evidencia que essas dinâmicas também operam sobre masculinidades consideradas subalternas. Santos et al. (2021) argumentam que modelos de masculinidade baseados na dominação produzem hierarquias entre os próprios homens, legitimando comportamentos autoritários e violentos como mecanismos de validação social e afirmação de status masculino.

Corroborando essa discussão, Robles et al. (2021), em pesquisa com 1.255 homens, identificaram que a maioria dos participantes associava coragem e agressividade à validação da masculinidade. Os achados evidenciam a existência de forte pressão social para que homens respondam conflitos por meio da violência, reforçando a associação entre virilidade e agressividade.

Oliveira e Santos (2019) acrescentam que a violência integra os próprios processos de socialização masculina. Segundo os autores, muitos homens recorrem à brutalidade como forma de conquistar reconhecimento e posições de poder diante de outros homens, reproduzindo hierarquias características da masculinidade hegemônica.

Essas dinâmicas são reproduzidas desde a infância em diferentes instituições sociais, incluindo a escola. Santos Henrique, Rocha e Silva (2024) destacam que ambientes escolares frequentemente reproduzem padrões patriarcais e cis-heteronormativos, favorecendo violências direcionadas a sujeitos cujas identidades e expressões de gênero se afastam dos modelos socialmente legitimados. Nesse cenário, a valorização da virilidade e da heterossexualidade compulsória contribui para processos de exclusão, discriminação e sofrimento, muitas vezes naturalizados no cotidiano escolar.

Assim, os estudos analisados demonstram que a violência ocupa papel central na manutenção das hierarquias de gênero e na legitimação de determinadas formas de masculinidade. Além disso, as práticas violentas aparecem associadas à reprodução de relações históricas de poder, funcionando como mecanismos de validação masculina e preservação da dominação. Além de atingir mulheres e masculinidades dissidentes, tais dinâmicas também produzem sofrimento e controle sobre os próprios homens, evidenciando o caráter relacional e estrutural da violência nas construções contemporâneas do masculino.

Hierarquização das masculinidades e a produção de sofrimento psíquico

Os estudos analisados evidenciam que a masculinidade constitui uma construção histórica e social constantemente reconfigurada ao longo do desenvolvimento das sociedades. Apesar dessas transformações, a virilidade permanece como elemento central da identidade masculina, sendo naturalizada como característica essencial do “ser homem”. Tal lógica sustenta um modelo normativo de masculinidade baseado na repressão emocional, na negação da vulnerabilidade e no afastamento de características associadas ao feminino. Conforme apontam Mesquita e Correa (2021), a internalização desse ideal hegemônico está associada ao desenvolvimento de sofrimento psíquico entre homens.

Nesse contexto, a literatura destaca que a negação das emoções ocupa papel central na socialização masculina. Segundo Robles et al. (2021), homens geralmente são incentivados a não expressar sentimentos relacionados à fragilidade, tristeza ou vulnerabilidade, acumulando emoções sem encontrar espaços seguros para elaborá-las. Como consequência, tais emoções podem manifestar-se por meio de raiva, hostilidade, culpa, sintomas e práticas de violência direcionadas a si mesmos e aos outros.

Os achados de Marques e Monte (2024), realizados com homens envolvidos na migração venezuelana na região Norte do Brasil, reforçam essa compreensão ao evidenciarem o silenciamento emocional como mecanismo de manutenção do ideal de resistência

masculina. Nesse modelo, demonstrar sofrimento ou fragilidade é percebido como incompatível com a masculinidade, favorecendo processos de endurecimento emocional, competitividade entre homens e relações de subordinação em relação às mulheres.

Além disso, os estudos indicam que a masculinidade hegemônica produz efeitos negativos sobre os próprios homens. Miez, Motti e Giardoli-Nascimento (2025) destacam que homens que não correspondem ao ideal do “macho” tendem a ser marginalizados, vivenciando sofrimento psíquico decorrente da pressão pela conformidade aos padrões hegemônicos. A necessidade constante de reafirmação da masculinidade pode legitimar comportamentos agressivos, intimidatórios e violentos como mecanismos de preservação identitária.

A literatura também evidencia impactos significativos desse modelo sobre o cuidado em saúde. Conforme apontam Robles et al. (2021), a valorização da força e da invulnerabilidade dificulta práticas de autocuidado e prevenção, uma vez que o adoecimento costuma ser associado à fragilidade. Nesse cenário, muitos homens negligenciam sinais iniciais de sofrimento físico e psíquico, sustentados pela ideia de autossuficiência socialmente atribuída ao masculino.

Outro aspecto recorrente na literatura refere-se à rejeição de atributos associados ao feminino como elemento estruturante da subjetividade masculina. Miez, Motti e Giardoli-Nascimento (2025) argumentam que, por se tratar de uma construção performativa constantemente ameaçada, a masculinidade exige mecanismos contínuos de validação. Dessa forma, práticas como repressão emocional, dominação e homofobia podem operar como estratégias de reafirmação identitária.

Os impactos desse modelo extrapolam a dimensão individual e produzem consequências amplas para a saúde coletiva e para as relações sociais. Segundo Kublikowski et al. (2025), a masculinidade hegemônica está associada ao aumento de comportamentos de

risco, violência contra mulheres e crianças, abuso de substâncias, acidentes, suicídio e adoecimento psíquico.

Ademais, os resultados apresentados por Robles et al. (2021), em uma pesquisa realizada com 1.255 homens, demonstram que menos da metade dos participantes relatou sentir liberdade para expressar emoções por meio do choro, do carinho ou do afeto físico. Esses achados evidenciam como o controle rígido das emoções opera como forma de autoviolência e limitação subjetiva, comprometendo tanto o bem-estar individual quanto a construção de vínculos afetivos saudáveis.

Em conjunto, os estudos analisados indicam que a masculinidade hegemônica opera como um modelo normativo orientado pela repressão emocional, valorização da virilidade e negação da vulnerabilidade. Embora esse padrão funcione como mecanismo de legitimação de poder e reconhecimento social, ele também produz efeitos nocivos para os próprios homens, favorecendo sofrimento psíquico, autonegligência, dificuldades emocionais e práticas de violência dirigidas a si mesmos e aos outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar de que maneira os padrões sociais da masculinidade hegemônica influenciam o sofrimento psíquico de homens e contribuem para a produção de violência contra mulheres e masculinidades dissidentes. Além disso, buscou analisar as principais características da masculinidade hegemônica e sua estruturação, compreender seus impactos na construção das identidades masculinas e na vivência afetiva e emocional dos homens, bem como identificar de que forma essas dinâmicas atravessam a noção de feminilidade e vêm sendo discutidas na produção científica em Psicologia.

As análises realizadas neste estudo permitiram compreender que as masculinidades constituem construções históricas, sociais e culturais, atravessadas por marcadores como raça, classe, sexualidade e contexto sociocultural. Embora existam múltiplas formas de

experienciar o masculino, observou-se a permanência de um modelo hegemônico sustentado por valores como virilidade, força, racionalidade, domínio e rejeição de características associadas ao feminino.

Os estudos revisados evidenciaram que a masculinidade hegemônica atua na manutenção de relações de poder e desigualdade, contribuindo para a naturalização de práticas violentas contra mulheres e masculinidades dissidentes. Nesse processo, a violência aparece como elemento de validação da identidade masculina e reafirmação das normas tradicionais de gênero.

Além disso, verificou-se que os impactos desse modelo recaem também sobre os próprios homens, uma vez que a exigência de autossuficiência, controle emocional e invulnerabilidade favorece sofrimento psíquico, repressão afetiva, dificuldades de expressão emocional e exposição a comportamentos de risco. Os estudos apontam, portanto, que os padrões tradicionais de masculinidade produzem efeitos nocivos tanto nas relações sociais quanto na subjetividade masculina. Outro aspecto relevante refere-se à construção da masculinidade em oposição ao feminino, marcada pela desvalorização de atributos associados às mulheres e pela rejeição da feminilidade, reforçando hierarquias de gênero e relações patriarcais e heteronormativas.

Dessa forma, este estudo contribui para o campo da Psicologia ao problematizar os efeitos da masculinidade hegemônica na saúde mental e nas práticas de violência, destacando a importância de ampliar debates críticos sobre modelos normativos de gênero. Compreender as masculinidades como construções sociais e relacionais possibilita pensar em formas mais plurais, saudáveis e menos violentas de experienciar o ser homem. Por fim, ressalta-se a necessidade de ampliar pesquisas sobre masculinidades em diferentes contextos sociais e culturais, especialmente a partir de perspectivas interseccionais e voltadas à promoção da saúde mental e prevenção das violências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Baére, F. D., & Zanello, V. (2020). Suicídio e masculinidades: uma análise por meio do gênero e das sexualidades. *Psicologia em estudo*, 25, e44147.
- Botelho, L. L. R., de Almeida Cunha, C. C., & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Gestão e sociedade*, 5(11), 121-136.
- Brito, L. T. D. (2021). Da masculinidade hegemônica à masculinidade queer/cuir/kuir: disputas no esporte. *Revista Estudos Feministas*, 29(2).
- Butler, J. (2016). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade* (11a ed). Rio de janeiro: Civilização Brasileira.
- Connell, R. W., & Messerschmidt, J. W.. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, 21(1), 241–282.
- Connell, R. W. (1995). Políticas da masculinidade. *Educação & realidade*, 20(2).
- da Rosa, L. S., & Mackedanz, L. F. (2021). A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. *Atos de Pesquisa em Educação*, 16, e8574-e8574.
- Diniz, C. da P. S., Welzer-Lang, D. , & Guinot, S. (2021). Masculinidades e violência entre parceiros íntimos: um enfoque relacional. *Psicologia Argumento*, 39(103), 123–134.
- Domínguez, J.P.S, Campo, C.I., & Arcos, L.D.C.C. (2022). Masculinidade hegemônica e violência em casais gays: uma leitura psicanalítica. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica*, 25, 52-63.
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. (2026). *Retrato dos feminicídios no Brasil*.
- Gallo, V. H. P., & Vieira, Z. S. (2022). Masculinidade hegemônica, práticas sociais de violência de gênero e educação: estudo de casos múltiplos em Zaragoza. *Revista de estudos em educação e diversidade*.
- Kimmel, M. (2016). Masculinidade como homofobia: Medo, vergonha e silêncio na construção de identidade de gênero. Equatorial– *Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social*, 3(4), 97-124.
- Kublikowski, I., Bianchi, D. P. B., Marangon, E. G., & Secco, J. M. F. (2025). Gênero, Violências e Práticas dos Psicólogos. *Boletim - Academia Paulista de Psicologia*, 45(109), 213-222.
- Lima, M. C. F. (2022). Relacionamento amoroso: gênero e socialização sexual no mundo contemporâneo. In: Souza, R. M. D., Júnior, M., de Almeida, P., & Defendi, E. L. *Ensaio sobre masculinidades na atualidade*. Educ.
- Macêdo, P. (2024). Performatividade Viril: Uma Abordagem Queer para os Estudos de Masculinidades. *Diversidade e Educação*, 12(2), 838-862.

- Marques, E. M., & Monte, S. R. (2024). O encontro da experiência migratória com a performance da masculinidade hegemônica: um relato de experiência sobre educação de gênero. *SCIAS. Direitos Humanos e Educação*, 7(1), 171-190.
- Mesquita, Y. M., & Corrêa, H. C. D. S. (2021). A " Masculinidade Tóxica" em Questão: Uma Perspectiva Psicanalítica. *Revista Subjetividades*, 21(1), 1-13.
- Miez, W. A. O., Motti, G. L., & Gianordoli-Nascimento, I. F. (2025). O Impacto da Masculinidade Hegemônica no Comportamento de Homens no Trânsito. *Psicologia e Saber Social*, 14, 134-154.
- Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. (2024). *Boletim epidemiológico: Panorama dos suicídios e lesões autoprovocadas no Brasil de 2010 a 2021* (Vol. 55, nº 4).
- Monteiro, F. (2025). Do Homem Hegemônico ao Homem Justo: Notas para uma justiça de gênero. *Revista Olhares*, 1(15), 49-67.
- Oliveira, F. F. & Santos, C. (2019). *Entrelaçando masculinidades e juventudes no Portal de Periódicos CAPES entre 2000 e 2017*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. Repositório Institucional da Universidade Federal de Sergipe
- Paula, R. C., & da Rocha, F. N. (2019). Os impactos da masculinidade tóxica no bem-estar do homem contemporâneo: uma reflexão a partir da Psicologia Positiva. *Revista Mosaico*, 10(2), 2.
- Pereira, A. C. A. (2021). *Masculinidades (in)questionáveis: um ensaio sobre homens, raça, sexualidade e interseccionalidade*. In E. T. Rabello, J. C. Lessa, L. M. S. Cabral, & N. R. Zardin (Eds.), *Ciência e Conhecimento: visões plurais* (pp. 198-212). Pembroke Collins.
- Pereira, M. J., & Gamas, L. C. (2021). Redes sociais, masculinidade hegemônica e violência: machismo como elemento (des)civilizacional no Brasil. *Perspectivas em Diálogo: Revista de educação e sociedade*, 8(17), 215-234.
- Robles, C.O., Rearte, P., Robledo, S., Santoriello, F., González, S.M., & Yovan, M. (2021). A coexistência entre masculinidade hegemônica e novas masculinidades. É possível o exercício de uma masculinidade antipatriarcal? *Revista de Pesquisa do Departamento de Ciências Humanas e Sociais*, (19), 87-107.
- Rocha, G. L., Lanza, H. R., & Ribeiro, S. D. (2020). Transfobia, masculinidades e violência sob a ótica da psicanálise. *Reverso*, 42(79), 67-74.
- Rodriguez, S. (2019). Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. *Diversidade e Educação*, 7(2), 276-291.
- Santos, D. F., Lima, R. D. C. D., Demarchi, S. M., Barbosa, J. P. M., Cordeiro, M. V. D. S., Sipioni, M. E., & Andrade, M. A. C. (2021). Masculinidade em tempos de pandemia: onde o poder encolhe, a violência se instala. *Saúde e Sociedade*, 30, e200535.

- Santos Henrique, E., da Rocha, L. D., & da Silva, G. (2024). Masculinidade hegemônica e educação: um estado do conhecimento. *Retratos da Escola*, 18(40).
- Silva, A. F. da ., Estrela, F. M., Magalhães, J. R. F. de ., Gomes, N. P., Pereira, Á., Carneiro, J. B., Cruz, M. A. da ., & Costa, D. M. de S. G. da .. (2022). Elementos constitutivos da masculinidade ensinados/apreendidos na infância e adolescência de homens que estão sendo processados criminalmente por violência contra a mulher/parceira. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(6), 2123–2131.
- Silva Sousa, A. (2022). Masculinidade hegemônica: contingências relacionadas ao déficit de autocuidado à saúde em homens. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(2), 207-218.
- Sousa, R. C. G. D., & Costa, L. F. (2025). Masculinidade Hegemônica em Adultos Ofensores Sexuais: Uma Pesquisa Documental em Instituição Pública. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 45, e277964.
- Souza, C. V., Lima, M. E., & Ferreira, D. (2023). Concepções de Masculinidade Hegemônica como Mediadora do Sexismo Direcionado às Mulheres. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 39, e39506.
- Souza, M. T. D., Silva, M. D. D., & Carvalho, R. D. (2010). *Revisão integrativa: o que é e como fazer*. Einstein (São Paulo), 8, 102-106.